



## **Comunicação e Educação nos Movimentos Populares no Brasil: a Perspectiva da Educação Popular<sup>1</sup>**

Anderson Luiz MOREIRA<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este estudo tem como objetivo subsidiar a reflexão teórica acerca de como se dá a interface comunicação/educação nos movimentos populares no Brasil sob a perspectiva da educação popular. Traça um panorama histórico dos movimentos sociais brasileiros e mostra a contribuição que algumas organizações não-governamentais (tratadas neste trabalho como organizações de apoio) tiveram na articulação e mobilização de vários movimentos populares; discute os conceitos de comunicação e educação e sua interface; e, finalmente, relaciona as ações dos movimentos populares e as organizações de apoio na interface comunicação/educação, partindo da educação popular que passou a ganhar reconhecimento em meados dos anos 1960, fundamentalmente a partir da proposta metodológica de Paulo Freire.

### **Palavras-chave**

Comunicação; Educação; Movimentos Sociais; Movimentos Populares; Educação Popular.

### **Introdução**

Nos últimos anos, especialmente a partir do final da década de 1990, surgiram importantes estudos no Brasil que discutem a interface comunicação/educação e ajudam a compreender melhor a interface destes dois campos. Lançando um olhar sobre a história do país é possível observar que os movimentos populares brasileiros tiveram estreita relação com esta interface, tanto para tornar conhecidas suas ações (por meio de cartilhas, boletins, jornais, produções audiovisuais etc.) quanto para capacitar lideranças populares para o uso dos meios (por meio de oficinas, cursos, seminários, debates etc.).

Se por um lado ainda hoje boa parte dos estudos volta-se para a investigação das questões relacionadas à comunicação e educação no espaço escolar, por outro é importante perceber que os movimentos populares deixaram uma rica contribuição para melhor compreensão da relação entre comunicação e educação, não necessariamente utilizando os dois termos, mas tendo como referência a educação popular.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2011.

<sup>2</sup> Mestrando em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, e-mail: andersonmoreira@yahoo.com.br.



## 1. Movimentos Populares no Brasil<sup>3</sup>

Para que se possa compreender melhor a trajetória dos movimentos populares no Brasil até hoje e como eles se relacionam com a comunicação/educação é preciso resgatar alguns aspectos de sua história. Mas antes se faz necessário estabelecer qual é a relação entre movimentos sociais e movimentos populares.

Há movimentos sociais que representam os interesses do povo, assim como há os que reúnem setores dominantes do regime capitalista, os quais não têm interesse em questionar de modo absoluto, nem em transformar totalmente as estruturas de dominação. Ao contrário, pois estes setores recebem benefícios da manutenção destas estruturas. No entanto, interessam-se em questionar fragmentariamente a ordem social e propõem reformas parciais, em seu próprio benefício. Um exemplo claro disto consiste na ação dos movimentos empresariais e patronais, que se dirigem à busca de mudanças que os beneficiem ainda mais, deixando intacta a estrutura de dominação fundamental da sociedade. Em contraste, o questionamento feito pelos movimentos populares é mais radical. (CAMACHO, 1987, p. 217)

Podemos retirar como exemplo dois grandes movimentos sociais antagônicos em suas ações existentes no Brasil, mas que atuam dentro de uma mesma perspectiva temática: a questão agrária. São a União Democrática Ruralista (UDR)<sup>4</sup> e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>5</sup>. O primeiro é um movimento que reúne empresários do agronegócio, proprietários de terras, produtores rurais. O segundo, como o próprio nome diz, reúne trabalhadores rurais e tem como algumas de suas *bandeiras*<sup>6</sup> a agricultura familiar, a agroecologia e, fundamentalmente, a reforma agrária.

Em síntese,

os movimentos sociais têm duas grandes manifestações: por um lado, aqueles que expressam os interesses de grupos hegemônicos, e, por outro lado, os que expressam os interesses dos grupos populares. Os

---

<sup>3</sup> Revisão do trabalho de conclusão de curso “Projeto de comunicação para o Núcleo de Comunicação e Educação Popular da UFPR”, defendido por Anderson Luiz Moreira e Tiago Vieira Perretto em 2004.

<sup>4</sup> Gohn (2001, p. 141) relaciona a UDR, criada em 1987, “como um movimento das forças tradicionais, de direita. A princípio aparentou ter grande força política mas, por representar setores não modernos das próprias elites do país, não obteve grande adesão.”

<sup>5</sup> O MST foi criado oficialmente em 1985 durante o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, realizado em Curitiba. Neste Congresso “1.500 delegados representando 20 estados elaboraram uma pauta nacional de reivindicações que envolvia a demanda por uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.” (GOHN, 2001, p. 136)

<sup>6</sup> Termo utilizado pelos movimentos populares para identificar suas ações prioritárias.



movimentos sociais do segundo tipo são os que conhecemos como movimentos populares. (CAMACHO, 1987, p. 217-218)

Poderíamos, então, concluir que movimentos sociais e movimentos populares não são definições isoladas. Em tese, todo movimento popular seria um movimento social, mas nem todo movimento social seria um movimento popular.

#### Os movimentos populares

surgem tanto pelas condições objetivas de espoliação das classes subalternas quanto pelo crescimento da compreensão popular das condições imediatas de existência, compreensões da necessidade de articulação coletivas para se ter força nas reivindicações, pelo momento político mais amplo de abertura e pelo respaldo encontrado na sociedade civil por parte de instituições desfrutadoras de credibilidade social. (PERUZZO, 2003)

#### Ainda segundo Peruzzo os movimentos populares:

- a. forjam a cidadania, ou seja, vêm alterando o cotidiano uma vez começando a participar politicamente, e ainda alteram a própria forma de participação mediante a gestão popular dos núcleos administrativos e das assembleias como fórum de decisões;
- b. criam novos valores como a noção de democracia de igualdade e de direitos coletivos;
- c. vêm constituindo novas estruturas sociais, ou seja, núcleos de socialização (exemplo: clube de mães), núcleos culturais (exemplo: grupo de cultura negra), núcleos econômicos (exemplo: cooperativas de produtores), núcleos administrativos (exemplo: associação de moradores) e núcleos políticos (exemplo: conselho popular). (PERUZZO, 2003)

Considera-se que os movimentos populares brasileiros têm suas raízes nas primeiras manifestações realizadas a partir do século XVI. Conforme afirma o texto base produzido pela Pró-Central de Movimentos Populares<sup>7</sup> (1993, p. 5) “índios, negros, escravos, camponeses, artesões e intelectuais, lutaram contra a escravidão, que perdurou no Brasil durante 320 anos; contra o domínio português, que se alongou de 1500 a 1822; pelo acesso à terra e à moradia”. Exemplos destas mobilizações populares no “Brasil Colônia” foram a Confederação dos Tamoios (1554-67) e o Quilombo de Palmares (1690-95, em Alagoas).

Maria da Glória Gohn (2001) mapeou os movimentos sociais que ajudaram a construir a história do Brasil a partir do final do século XVIII. Neste período destacam-se: a Conspiração dos Alfaiates (1798, na Bahia); a Balaiada (1830-41, no Maranhão); a Cabanagem (1835, em Belém do Pará); a Guerra dos Farrapos (1835-45, Rio Grande do

---

<sup>7</sup> A Pró-Central de Movimentos Populares foi uma articulação de diversos movimentos sociais populares de todo o Brasil que culminou, em 1993, com a criação da Central de Movimentos Populares.



Sul); Canudos<sup>8</sup> (1874-97, na Bahia); e reivindicações populares por melhorias urbanas (1889, no Rio de Janeiro).

No século XX

o desenvolvimento do setor de transportes (portuário e ferroviário), o surgimento das primeiras indústrias (têxteis, chapeleiras, alimentícias e mecânicas) e o crescimento do setor comercial (lojas e escritórios) transferiu para os centros urbanos o potencial de conflito até então concentrado na zona rural. As cidades receberam os negros libertos, os escravos foragidos e uma grande leva de imigrantes. Boa parte dessa gente passou a morar em habitações coletivas, como “casas de cômodo” ou cortiços (PRÓ-CENTRAL..., 1993, p. 5).

Gohn confirma a constatação da Pró-Central ao dizer que

o século XX, desde seu início, imprimirá um novo caráter às lutas sociais no Brasil. O caráter urbano passa a ter tonalidade própria, criada a partir de uma problemática que advém das novas funções que passam a se concentrar nas cidades. Progressivamente a indústria, e as classes sociais que lhes são caudatárias, orientará as ações e os conflitos que ocorrem no meio urbano. (GOHN, 2001, p. 59-60)

Surgem outros importantes movimentos: Revolta da Chibata (1910, no Rio de Janeiro); Contestado (1912, na divisa entre Paraná e Santa Catarina); além de greves, fundação de sindicatos e partidos políticos (entre eles o Partido Comunista do Brasil, em 1922).

De 1930 a 1945, outros movimentos se destacaram, os de Associações de Bairros em São Paulo (1942). Neste mesmo período “o Estado Novo, objetivando complementar a modernização das relações entre o capital e o trabalho, promulgou uma série de leis, que passaram a ser direitos dos trabalhadores.” (GOHN, 2001, p. 89)

Durante o período denominado “populismo” ou “nacional-desenvolvimentismo” (1945-64) surge uma nova relação entre governo e os movimentos populares. Estes

deixaram de ser tratados apenas como “caso de polícia”. Conquistaram uma legislação que regulava direitos e atrelava os sindicatos ao poder público. Tornou-se comum a barganha de “favores” em troca do apoio eleitoral (PRÓ-CENTRAL..., 1993, p. 6).

---

<sup>8</sup> Canudos merece destaque do ponto de vista da comunicação e da literatura, pois “ganhou projeção nacional devido às reportagens que o então engenheiro Euclides da Cunha fez sobre o grupo, o que resultou numa das principais obras da literatura nacional: Os sertões.” (GOHN, 2001, p. 49)



Intensificam-se os movimentos político-partidários e destacam-se o movimento “O Petróleo é Nosso” (1954), Movimento Contra a Carestia da Vida (1953) e os Movimentos Nacionalistas pela Cultura (como os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes).

Em 1964 inaugura-se um período de duas décadas de regime militar no Brasil. O movimento estudantil e as greves dos operários em Osasco (SP) e Contagem (MG) são apontados como importantes focos de resistência ao regime.

A partir de 1968, subterraneamente o Movimento Popular inicia sua lenta reconstrução, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais populares das Igrejas cristãs, como as pastorais da Terra, Operária e Indígena. (PRÓ-CENTRAL..., 1993, p. 7)

As CEBs tiveram um papel bastante importante para a organização dos movimentos populares, pois ao serem

apoiadas pela Igreja católica, surgem aos milhares no campo e na cidade. As CEBs são pequenos núcleos nos quais as pessoas se reúnem animadas pela fé cristã, através da qual o trabalhador rural, a dona de casa, o jovem, o operário, etc. descobrem os signos de morte e de injustiça, e, a partir do próprio Evangelho, buscam identificar os signos de vida e de transformação da sociedade (FESTA; SILVA, 1986, p. 13).

De acordo com Frei Betto, no período de 68 a 78 surgiram cerca de 80 mil CEBs em todo o Brasil, e

em algumas regiões foi através dessas comunidades que nasceram os movimentos populares, na medida em que elas se empenhavam em reivindicações de interesse não apenas dos cristãos mas também de todo o povo da região” (FREI BETTO apud FESTA; SILVA, 1986, p. 13-14).

Gohn (2001) mostra que nos primeiros anos da década de 70 surgem movimentos que acabam ganhando dimensões nacionais, como o Movimento do Custo de Vida, criado na periferia de São Paulo, os Clubes de Mães, além de movimentos por saúde, creche, transporte e infra-estrutura urbana.

Ao final da década de 1970 e início da década de 1980 novos movimentos e organizações populares foram sendo constituídos, além da ampliação dos já existentes.



Surgiram movimentos por moradia, saneamento, associações, uniões e federações comunitárias de bairros, cooperativas de produção e consumo, entre inúmeros outros.

Já no período da redemocratização do país, em meados de 1980, os movimentos sociais realizaram grandes manifestações exigindo “Diretas Já”<sup>9</sup>. Foi também nessa década que os movimentos populares reuniram suas bases para discutir a Assembléia Constituinte, propor artigos, debater os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros. Surgiram as Centrais Sindicais (Conclat, GCT, CUT, Força Sindical), as entidades organizativas amplas do movimento popular (Anampos, Conam, Pró-Central dos Movimentos Populares), entre outros.

Gohn destaca que

os anos 90 redefiniram novamente o cenário das lutas sociais no Brasil, assim como deslocaram alguns eixos de atenção dos analistas. Os movimentos sociais dos anos 70/80 se alteram substancialmente. Alguns entram em crise: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à própria população. Surgem novos movimentos sociais, centrados mais em questões éticas ou de revalorização da vida humana. A violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e de corporativismos, os escândalos na vida política nacional etc. levam a reações no plano da moral. Criam-se movimentos nacionais a partir de instituições e organizações de espectro plural, ou de figuras carismáticas, como o caso de Betinho na Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria, Pela Vida. Ou ainda, estruturam-se movimentos nacionais a partir de questões sociais dadas pela problemática geracional, de idade, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ou o Movimento dos Aposentados. Ou ainda movimentos de revalorização da cidade como *locus* de vivência e sociabilidade, e antiviolença, como o Movimento Viva Rio. Cumpre destacar que as mobilizações coletivas dos anos 90 partem de um chamamento à consciência individual das pessoas e elas, usualmente, têm se apresentado mais como “Campanhas” do que como movimentos sociais. (GOHN, 2001, p. 127-128)

É neste contexto que várias organizações sociais acabam surgindo e ganhando força diversas organizações sociais que passaram a atuar em parceria com os movimentos populares, inclusive nas ações de comunicação e educação.

---

<sup>9</sup> Movimento que, em 1984, mobilizou o país para exigir a imediata eleição direta para presidente da República.



## 2. As Organizações Sociais de Apoio<sup>10</sup> aos Movimentos Populares

Não se pode falar em comunicação e educação nos movimentos populares sem dizer da importância que várias organizações sociais tiveram na articulação com tais movimentos. Ismar de Oliveira Soares destaca que foi a “sociedade civil que por primeiro despertou-se para o problema [da relação comunicação/educação], especialmente através das Organizações não Governamentais em seus programas de promoção e defesa da cidadania.” (SOARES, 1999, p. 25, *grifo meu*) Segundo Adilson Citelli (2000, p. 152)

na América Latina [...] a implantação de projetos na área da educação para a comunicação tornou-se importante desafio, ganhando propriedades segundo requisitos impostos pelas realidades de cada região. De modo geral, entre o final dos anos 60 e início dos 70, os projetos educadores para a comunicação implementados no continente diziam mais respeito à escolaridade não-formal e se vinculavam a trabalhos realizados junto às camadas populares e adultas.

Mais do que desenvolver projetos de educação para a comunicação

os grupos militantes e comunitários (o "terceiro setor") trabalham diretamente na organização e na oferta de cursos; trabalham por meio de pressões diversas sobre os setores públicos responsáveis por legislação, regulamentações, controles e estímulos ao sistema educacional; agem ainda por divulgação (e/ou propaganda) de perspectivas e metas; e finalmente se desenvolvem também por penetração nas estruturas públicas para direcioná-las segundo suas perspectivas. (BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 42)

Ainda antes do golpe militar foram surgindo organizações que desenvolveriam ações de educação e comunicação para dar suporte aos movimentos populares. No ano de 1961 era fundada a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). De acordo com o site da entidade, durante a década de 1960 a “ONG mais antiga do Brasil”

lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 64 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade. (FASE, 2010)

---

<sup>10</sup> Neste trabalho quando nos referirmos às organizações sociais de apoio estaremos falando sobre as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuaram ou atuam em parceria junto aos movimentos populares.



Em 1978 era criado o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiai (Cepis), identificado como “um centro de assessoria político-pedagógica, no campo da Educação Popular, que atua junto aos oprimidos que se dispõem a um processo de luta e organização visando romper com o sistema capitalista e resgatar a perspectiva humanista” (Cepis, 2010). Ainda de acordo com o site da organização, a tarefa da entidade “é a formação política da militância, enquanto esforço de tradução, reconstrução e produção coletiva do conhecimento, contribuindo na qualificação e na articulação de suas práticas atuando sobre a realidade, com a intenção e transformá-la”.

O Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo (Cefuria) foi fundado em 1981 por lideranças que também atuavam em outros movimentos populares (como as CEBs). O “Relatório da Reunião de Pré-Fundação do Centro de Formação” diz que estavam presentes na reunião (realizada no dia 28 de junho de 1981), 78 pessoas ligadas “às Comunidades de Base, a Movimentos Populares, Pastorais e Sindicato da Construção Civil de Curitiba” (SOUZA, 2006, p. 36). O mesmo relatório aponta uma síntese das sugestões de atividades que a organização deveria realizar. Entre elas:

Área dos movimentos populares: um curso básico sobre como funciona a sociedade, o que é o capitalismo e as forças que buscam a mudança. Análise de questões práticas sobre, por exemplo, a organização de uma associação de moradores, sobre lutas específicas como os loteamentos clandestinos, compras comunitárias e questões de consumo, custo de vida, movimento de mulheres. (SOUZA, 2006, p. 39)

No ano de 1984 era criada a Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP),

com o objetivo de incentivar iniciativas de vídeo - distribuição, capacitação e informação - junto aos movimentos sociais e populares. Constituiu-se, ao longo de duas décadas, em um espaço de discussão e reflexão acerca da produção videográfica alternativa popular, consolidando-se como um dos principais atores no debate e nas experiências de democratização da comunicação no Brasil, tornando-se, inclusive, referência na América Latina. Nesse período, acumulou um acervo de aproximadamente 500 títulos que, provenientes de todo o país, versam sobre as mais diversas áreas, como reforma agrária, sexualidade, gênero, saúde, questões étnicas e raciais, meio ambiente, entre outras.

Além das organizações citadas anteriormente, outras também contribuíram para as ações dos movimentos populares: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assessoar, 1966); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase,



1981), que teve entre seus fundadores Herbert de Souza, o Betinho; Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP, 1983); Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser, 1988); entre várias outras.

### **3. Os Movimentos Populares, as Organizações Sociais de Apoio e sua relação com a Comunicação/Educação: a Educação Popular**

Os movimentos populares e organizações sociais mantiveram uma estreita relação com a educação popular, particularmente a baseada nos princípios defendidos por Paulo Freire. Antes do golpe de 1964, Freire já desenvolvia projetos de alfabetização. O mais conhecido deles aconteceu em Angicos (RN) e

alfabetizou 300 trabalhadores em 45 dias. Por conta disso, Paulo Freire foi convidado pelo presidente João Goulart para coordenar a Campanha Nacional de Alfabetização. O trabalho se implantou em junho de 1963 e durou até março de 1964, quando foram realizados cursos de formadores na maior parte das capitais dos estados. (CARNEIRO, 2008, p. 12)

Após o golpe, Paulo Freire foi expulso do Brasil. Durante o exílio ele escreveu importantes obras com a temática da educação popular, entre elas “Pedagogia do Oprimido” e “Extensão ou Comunicação?”, ambas escritas no Chile, sendo que nesta última Freire afirma que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (FREIRE, 1968, p. 68-69)

Buscando as definições das palavras *comunicação* e *educação*, a partir de sua etimologia, fica mais fácil compreender o que Freire quis dizer. Comunicação deriva de *communicatio*, em latim, e significa estabelecer uma comunidade com alguém, ação em comum, compartilhar, tornar comum. Raymond Williams diz que

Já que a nossa maneira de ver as coisas é literalmente a nossa maneira de viver, o processo de comunicação, de fato, é o processo de comunhão: o compartilhamento de significados comuns e, daí, os propósitos e atividades comuns; a oferta, recepção e comparação de novos significados, que levam a tensões, ao crescimento e à mudança. (WILLIAMS apud HALL, 2003, p. 135)



Já a palavra educação deriva do latim *educere*, que significa conduzir para fora. Carlos Brandão vai além e colabora com a reflexão de que educação e comunicação estão intrinsecamente ligadas ao afirmar que

a educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar *comum*, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é *comunitário* como bem, como trabalho ou como vida. (BRANDÃO, 1981, p. 10)

Nota-se que mais uma vez o *comum*, o *comunitário*, a ideia de *diálogo* aparecem implícitos na relação entre comunicação e educação.

Ao lado das ofertas pública e privada [de sistemas educacionais], este é o nível de uma forte presença dos setores movidos por metas sociais, críticas e políticas - sindicatos, associações comunitárias, ONG's, igrejas, outras entidades da sociedade civil que, sem fins lucrativos, voltam-se para objetivos democratizantes, de igualdade de acesso, de correção de injustiças sociais, e de uma educação voltada para a mudança. É aqui que vamos encontrar a Educação Popular, os trabalhos de alfabetização, e as mais diversas formações de interesse social. (BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 41)

Sem o mesmo aparato tecnológico e recursos financeiros que os grandes veículos de comunicação e as grandes empresas dispunham havia uma grande dificuldade por parte dos movimentos e organizações populares em produzir sua comunicação e formar suas lideranças. Foi preciso recorrer aos “recursos humanos” disponíveis, seus militantes. Para isso produziram cursos, palestras, seminários, oficinas e outras atividades de formação para capacitar suas lideranças. É o que relata Rodolfo Silva, que coordenou ações de comunicação do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo (Cefuria):

Até quando eu estive no Cefuria a gente fazia isso, os cursos. Eu estive até 98 aqui no Cefuria. Nós começamos com um trabalho gráfico – como montar um boletim e tal, a diagramação. Depois como fazer um vídeo, depois como fazer teatro, um programa de rádio [...] Eu fui da Associação Brasileira de Vídeo Popular. Nós fizemos um projeto para eles e eu participei de diversos congressos na América Latina de vídeo popular. Porque a nossa idéia era montar uma TV de rua. O que dava muito certo no nordeste. Mas aqui em Curitiba a gente não conseguia montar. Em São Paulo tinha um telão e uma Kombi com um projetor e você passava o dia no bairro entrevistando as pessoas e dava muito certo. A gente fazia nas paróquias com slides, batia foto, e de noite chamava o pessoal e discutia. Fazia uma relação com a Bíblia e com a realidade deles. E aí a comunicação popular se



dava de uma forma diferente. O pessoal se vendo. Isso atraía muita gente. Era muito legal. Daí a gente dava o microfone para eles. Alguns falavam, outros aplaudiam, outros vaiavam. Às vezes o vereador aparecia e era aplaudido, ou vaiado. Temas polêmicos eram abordados e tal. E isso a gente aprendia com muitos jornalistas militantes em São Paulo, Rio, Recife. Em Curitiba, naquela época, não tinha muito. (BONA, 2008, p. 165-66)

O Cefuria é um dos exemplos de organizações que atuam na relação entre comunicação e educação com enfoque na educação popular. Nos anos 1990, a entidade dividia suas áreas de atuação em *formação*, *comunicação* e *apoio/articulação* (SOUZA, 2006, p. 226). No entanto, o planejamento realizado pelo Centro para o ano de 1995 previu, dentro da área considerada comunicação, ações que também poderiam se relacionar com a área de formação: “Capacitação técnica e política: Curso de capacitação básica em vídeo popular; Curso de capacitação técnica da equipe; Oficina avançada de vídeo-produtora e TV comunitária; Curso de comunicação para mulheres.” (SOUZA, 2006, p. 229)

Já no planejamento para o triênio 1997-99 a organização previa ações nas áreas de *formação*, *articulação* e *experiências comunitárias*, inserindo dentro da primeira a “produção mensal de subsídios (vídeos, folders, cartazes, cartilhas, panfletos e informativos).” (SOUZA, 2006, p. 241) O termo “subsídio” reforça a ideia de que as produções em comunicação tinham finalidade formativa (ou seja, de educação). Mesmo não aparecendo mais a “comunicação” como área de atuação ela continuou permeando as ações do Cefuria. Noutro momento em que comunicação e educação se cruzam o relatório de atividades do ano de 1997 mostra que

o Curso de Capacitação de Videoastas Populares pôde atingir lideranças de base, sendo que os mesmos passaram por um processo de treinamento que os permitiu saber como é que se faz um vídeo popular, praticando-o em todas as suas etapas. Resultado: produção de um vídeo, com 10 minutos. (SOUZA, 2006, p. 251)

A oficina resultou na produção do vídeo “A Revolução de Angicos”, que foi “dedicado ao educador Paulo Freire e a todos (as) que continuam a tarefa de desenvolver a educação como prática da liberdade” (SOUZA, 2006, p. 251). Já na relação do Centro de Formação com os movimentos populares o relatório diz que “a Videoprodutora Quem TV desenvolveu vários trabalhos de filmagem junto a Movimentos, destacando-se um vídeo para o MST-PR, retratando a realidade do maior latifúndio paranaense: Fazenda Giacomet” (SOUZA, 2006, p. 256).



Considerado “atualmente o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, o maior da América Latina” (GOHN, 2000, p. 105), o MST também tem importante atuação na comunicação e educação sob o viés da educação popular.

De uma forma geral, pode-se afirmar que a concepção pedagógica presente nas práticas do MST decorre de um modelo de Educação Popular vigente no Brasil dos anos 80, onde a organização é ao mesmo tempo um objetivo e um meio. Ou seja, são práticas que têm como objetivo uma meta, [...] a saber: fortalecer a organização do movimento popular de forma a possibilitar a construção de um sujeito coletivo capaz de alcançar sua emancipação.

Essas práticas devem ser vistas como formas possíveis de fazer política junto com os setores populares, dispersos e fragmentados. Mas elas são também um processo de reinvenção na arte do ensino e aprendizagem, um processo de conscientizar via o revigoramento de práticas pedagógicas, utilizando-se de formas do agir comunicativo – no sentido habermasiano. (GOHN, 2000, p. 125-126)

Nas práticas de educação popular do MST fica implícita a relação comunicação/educação, como no exemplo dos cursos de formação política que “buscam realizar a tarefa do desenvolvimento da consciência dos alunos participantes, ou melhor, da formação de sujeitos políticos com uma determinada cultura política, que contempla um olhar crítico sobre a realidade.” (GOHN, 2000, p. 128)

Portanto, os métodos e técnicas utilizados

são muito semelhantes aos preconizados por Paulo Freire, a saber:

1. Parte-se da análise de uma situação concreta codificada numa imagem (um fato da realidade do mundo rural congelada numa foto, num desenho, uma cena de vídeo, etc.);
2. Após a projeção da imagem, inicia-se o processo de distanciamento e decodificação da imagem. Busca-se o todo implícito naquela parte da realidade projetado na imagem, via a decomposição de seus elementos constituintes. (SOUZA, 2000, p. 128)

O MST destaca-se também entre os movimentos populares por publicar periodicamente o jornal e a revista “Sem Terra”, além do boletim informativo “Letra Viva”; disponibilizar na internet um portal ([www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)); dispor de assessorias de imprensa; manter, em parceria com outros movimentos e instituições públicas de ensino, espaços específicos de formação como a Escola Nacional Florestan Fernandes (Guararema/SP) e a Escola Latino-Americana de Agroecologia (Lapa/PR), bem como escolas de ensino regular em assentamentos; além de outras ações relacionadas à comunicação e educação.



## Considerações Finais

Ainda que os movimentos populares e as organizações sociais de apoio não falem explicitamente numa relação entre comunicação e educação, suas práticas mostram que ela de fato existe, especialmente sob a temática da educação popular. Está na formação de lideranças – que manifesta por si só uma característica da educação popular – com apropriação de ferramentas de comunicação (cartilhas, livros, vídeos etc.); com a realização de cursos e seminários onde é ensinado o uso das ferramentas de comunicação com intuito de dar força às reivindicações dos grupos; no registro das ações dos diversos grupos em fotos, vídeos, relatórios, livros, cartilhas etc.; pode ser vista ainda hoje nas mobilizações populares, em faixas e cartazes produzidos quase que de forma artesanal.

Baseados na educação popular, especialmente aquela para a qual Paulo Freire dedicou boa parte de sua obra, os movimentos populares do campo passaram a alfabetizar os camponeses utilizando, por exemplo, figuras de uma “enxada” para ensinar o “x” ou de um “ancinho” para ensinar o “nh”, ao invés de utilizar-se do “Ivo viu a uva” das cartilhas escolares produzidas em série. Organizações sociais passaram a colocar câmeras nas mãos de crianças, jovens e adultos para ensinar não apenas seu uso técnico, mas também como elas poderiam se tornar ferramentas para registro da realidade dos indivíduos e suas comunidades.

Seria de grande relevância investigar outras formas de comunicação que estiveram e continuam presentes nas práticas educativas dos movimentos populares e organizações sociais, tais como o teatro (a exemplo do *teatro do oprimido*<sup>11</sup>), as “místicas”<sup>12</sup>, as músicas com temáticas sociais, os panfletos distribuídos nas manifestações, entre outras.

Em que medida isto contribuiu ou pode contribuir para a compreensão da interface comunicação/educação? E até que ponto os grupos populares têm consciência desta interface, considerando que pouco se referem a ela, preferindo falar em educação popular e/ou usar expressões como formação e capacitação? Num sentido mais crítico, as práticas de comunicação e educação dos movimentos populares e organizações de

---

<sup>11</sup> Modalidade teatral difundida pelo teatrólogo Augusto Boal em que o espectador intervém diretamente na peça ora apresentada. As peças podem abordar temas sociais de interesse de determinada comunidade, como segurança, por exemplo.

<sup>12</sup> Realizadas em alguns movimentos populares, principalmente naqueles ligados à igreja católica (como as CEBs), nos quais são utilizados símbolos, músicas, danças, poesias, gestos, cartazes, faixas etc. para promover reflexão acerca de determinada temática.



apoio serviram para a ampliação da democracia, para a autonomia dos movimentos, para a promoção da igualdade de acesso, para a emancipação dos sujeitos, para a redução da desigualdade social e outros objetivos almejados por eles?

Encontrar respostas para estas e outras questões talvez seja um dos grandes desafios para o pesquisador do tema. O estudo aprofundado da temática da comunicação e educação nos movimentos populares não diz respeito apenas ao campo da comunicação, ou exclusivamente ao campo da educação, mas precisa ser feito a partir de uma perspectiva da história, da antropologia, da sociologia, da psicologia, da pedagogia, da filosofia e de outras áreas fundamentais para esta reflexão.

Se por um lado os movimentos populares deixaram uma grande contribuição para a história do país, certamente há uma contribuição deixada por eles na interface comunicação/educação que nos ajuda compreender melhor como se dá esta relação e, conseqüentemente, como é possível repensar e melhorar a própria prática no presente sem perder de vista o passado.

## Referências Bibliográficas

ABONG. **Iniciativa resgata acervo histórico do vídeo popular no Brasil**. Disponível em: <[http://www.abong.org.br/final/informes\\_pag.php?cdm=14602](http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=14602)>. Acesso em: 12 nov. 2010.

BONA, Nivea Canalli. **A comunicação e o papel do comunicador nas ONGs sociais**. Dissertação de mestrado. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. **Comunicação e Educação**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 16. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMACHO, Daniel. **Movimentos sociais: algumas discussões conceituais**. In: SHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo José (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987;

CARNEIRO, Gisele. **A pedagogia de Paulo Freire: Uma pedagogia humanizadora**. Caderno 1 da Série “História Social do Trabalho”. 4. Ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2008.

CEPIS. **Quem somos?** Disponível em: <<http://www.sedes.org.br/Centros/Cepis/layout.htm>> Acesso em: 6 out 2010;



CITTELLI, Adilson. **Comunicação e Educação: A linguagem em movimento**. São Paulo: Senac, 2000.

FASE. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=10>> Acesso em: 8 nov 2010;

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (orgs.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros**. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mídia, Terceiro Setor e MST: Impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik, trad. Adelaine La Guardia Resende... [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

IBASE. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=24>>

MOREIRA, Anderson Luiz; PERRETTO, Tiago Vieira. **Projeto de Comunicação para o Núcleo de Comunicação e Educação Popular da UFPR**. Trabalho de Conclusão de Curso, Curitiba, 2004.

PERUZZO, Cicília. **Comunicação nos movimentos populares**. 1. ed. São Paulo: Editora Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Relações públicas nos movimentos populares**. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/relacoescomospublicos/0135.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2003.

PRÓ-CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES. **Texto Base em Preparação ao 1º Congresso dos Movimentos Populares**. São Paulo, 1993.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais**. Revista Contato, Brasília, ano 1, n. 2, p. 19-74, jan./mar., 1999.

SOUZA, Ana Inês. **Cefuria: 25 anos fazendo história popular**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.